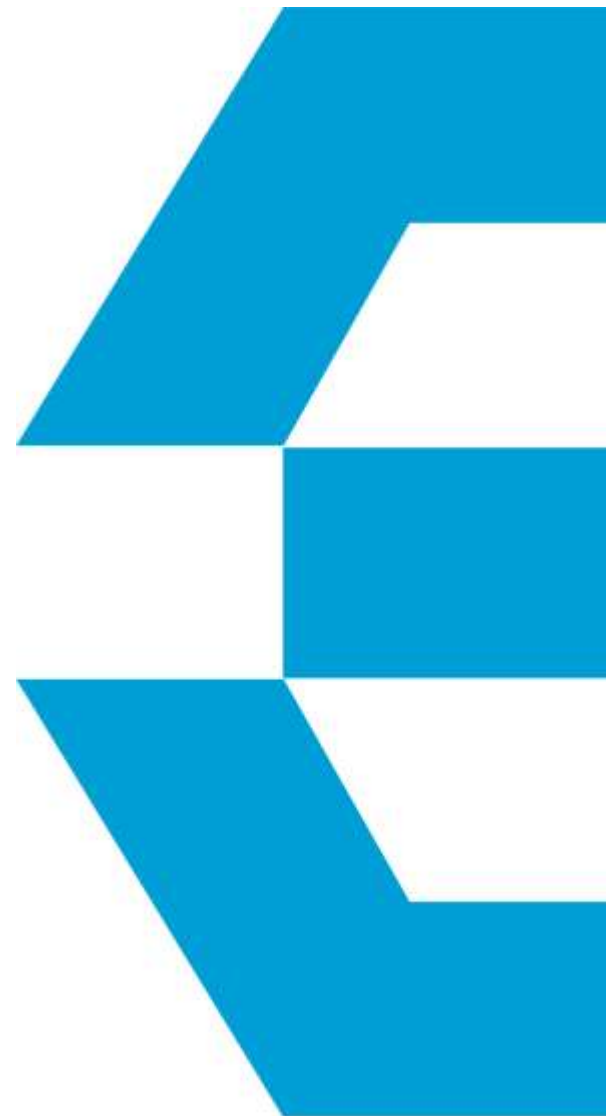


NOVO SISTEMA DE OUTORGAS DO DAEE

Ricardo Borsari
Superintendente
www.daee.sp.gov.br



Histórico da experiência paulista de aproveitamento e controle de recursos hídricos

- 1951 – Lei 1.350 criação do DAEE - planos de aproveitamento integrado dos R.H.
- - aplicação do Código de Águas
- 1983 / 1985 – reorganização do DAEE (Diretorias de Bacias - descentralização)
- 1987 – Decreto 27.576 – Conselho Estadual de Recursos Hídricos
- 1988 - Lei 6134 - Preservação de águas subterrâneas
- 1989 – Constituição Estadual
- 1991 – Lei 7.663, Política Estadual de Recursos Hídricos
- 1994 - Lei 9034 - Plano Estadual de Recursos Hídricos
- 1997 - Lei Federal 9433 - Política Nacional de Recursos Hídricos
- 1996 - Portarias DAEE 717/96.
- **2016 – Lei 16.337 – Plano Estadual de Recursos Hídricos**
- 2017 – Portaria DAEE 1630/17
- Resoluções do CNRH e CRH sobre Outorga

Novo Sistema de Outorgas

Tipos de Outorgas



Outorga de uso dos recursos hídricos :

Dispensas de Outorga:



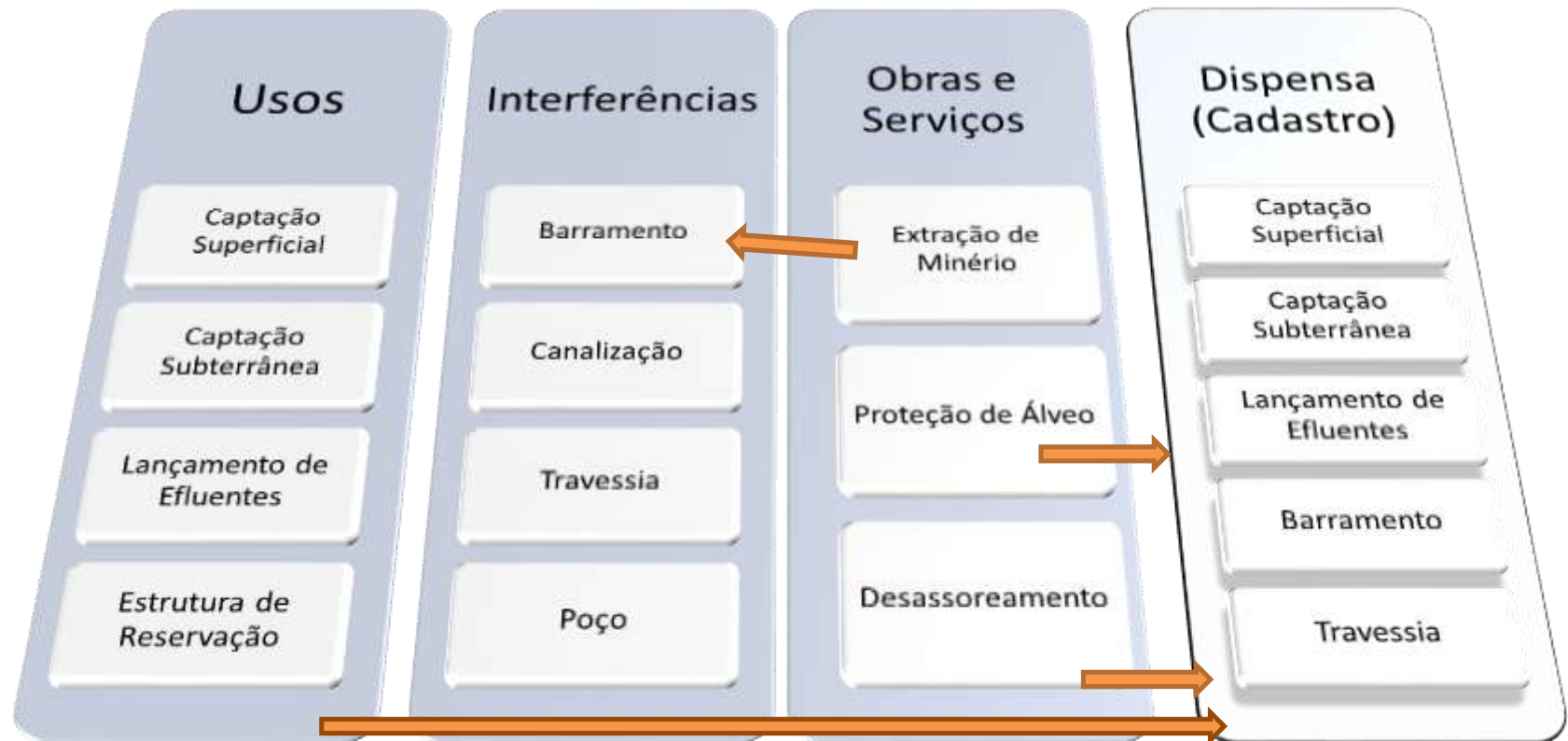
Novo Sistema de Outorgas

Tipos de Outorgas



Outorga de uso dos recursos hídricos conforme a nova Portaria de Outorga -1630/2017:

Dispensas de Outorga:



**Extração de Minério passa para o item Interferências.*

Estrutura de Reservação, Proteção de Álveo e Desassoreamento para o item Dispensa de Outorga

Novo Sistema de Outorgas

Contexto



DAEE emite outorgas para uso da água desde 1985.
Já emitiu **200.000** autorizações.

Crescimento médio de 18%/ano de outorgas
(site DAEE)

12.000 atos de outorga emitidos em 2016

Cobrança em implantação nos Comitês de Bacia
(Bacias Críticas já iniciaram/finalizaram o Ato Convocatório)

Crescimento dos conflitos com a escassez hídrica

Necessidade de processos de análise mais rápidos e eficazes

Necessidade de integração com outros órgãos da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos

Necessidade de atualização tecnológica dos instrumentos de gestão de recursos hídricos

- Nível de automatização do processo de outorga de Recursos Hídricos pioneiro no Brasil
- Cadastro simplificado e de fácil navegação para o pequeno usuário
- Árvore de decisão que encaminha requerente para o requerimento correto conforme respostas fornecidas
- Informações complementares conforme finalidade para subsidiar para análise técnica
- Visão de todos os usos do empreendimento
- Segurança, controle e localização da informação
- Ferramentas de configuração do sistema pelo próprio DAEE



Novo Sistema de Outorgas

Vazões Outorgadas



Tipo de Uso	Captação			Lançamento
	Superficial	Subterrânea	Total	
Abastecimento Público	167,9	21,2	189,1	68,8
Uso Industrial	60,8	14,7	75,5	36,8
Uso Rural	90,7	7,9	98,6	16,5
Soluções Alternativas	3,5	7,0	10,5	4,2
Outros usos	3,8	0,3	4,1	2,9
Total	326,7	51,1	377,8	129,2

**ESTATÍSTICA DE USOS E INTERFERÊNCIAS EM RECURSOS HÍDRICOS
POR TIPO DE USO/INTERFERÊNCIA**

atualizado até 30/junho

2017	%	ACUMULADO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Poço Tubular	44,9	3.402	364	642	518	823	487	568
Poços freáticos	8,2	618	87	120	94	128	98	91
Captação Superficial	16,5	1.249	179	176	160	241	272	221
Lançamento	6,6	503	51	63	71	84	144	90
Barramento	9,6	726	120	97	81	187	128	113
Travessias	9,0	679	117	78	92	173	124	95
Reservação	2,2	170	19	22	27	36	36	30
Dique	0,0	0	0	0	0	0	0	0
Desassoreamento	1,5	113	12	20	15	42	19	5
Canalização	1,2	91	20	14	7	21	17	12
Proteção de Leito/Margem	0,3	23	8	1	6	1	6	1
Total Geral	100,0	7.574	977	1.233	1.071	1.736	1.331	1.226

**ESTATÍSTICA DE USOS E INTERFERÊNCIAS EM RECURSOS HÍDRICOS
POR TIPO DE ATO**

atualizado até 30/junho

2017	%	ACUMULADO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Implantação de Empreendimento	8,6	655	77	92	76	154	140	116
Licença de Perfuração	4,9	373	16	71	60	123	39	64
Outorga de Direito de Uso	41,7	3.158	475	556	402	630	567	528
Dispensa de Outorga	24,0	1.814	206	313	304	438	301	252
Indeferimento	19,6	1.486	191	185	217	358	271	264
Despacho (serviço)	1,2	88	12	16	12	33	13	2
Total Geral	100,0	7.574	977	1.233	1.071	1.736	1.331	1.226

Sistema Anterior

PORTARIA DAEE Nº 717/1996 E INSTRUÇÕES TÉCNICAS DPO
CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA

1. OUTORGA DE IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTO

1.1. Documentação comum:

- Cópia da ART do técnico que assina o(s) anexo(s), com comprovante de pagamento (Descrição do tipo de Outorga e de uso);
- Cópia do CNPJ / CPF;
- Cópia do Comprovante de endereço do requerente para correspondência;
- Cópia do CPF e RG do responsável legal;
- Pagamento de emolumentos;

1.2. Documentação específica:

- Anexo I – Requerimento; [LINK](#)
- Anexo II – EVI; [LINK](#)
- Cópia da conta de água e/ou declaração da concessionária local conforme IT-DPO nº 06/11;
- Cronograma físico da instalação do empreendimento conforme IT-DPO nº 06/11;
- Croqui do empreendimento com a localização do poço conforme IT-DPO nº 06/11;
- Fluxograma quantitativo com detalhamento de todos os usos de outras fontes conforme IT-DPO nº 06/11;
- Mapa de localização do poço no SIGMINE e memorial de cálculo conforme IT-DPO nº 06/11;
- Mapa IBGE com indicação do local da obra/uso;

2. LICENÇA DE EXECUÇÃO

2.1. Documentação comum:

- Cópia da ART do responsável técnico que assina o(s) anexo(s), com comprovante de pagamento (Descrição do tipo de Outorga e de uso);
- Cópia do CNPJ / CPF;
- Cópia do Comprovante de endereço do requerente para correspondência;
- Cópia do CPF e RG do responsável legal;
- Pagamento de emolumentos;

2.2. Documentação específica:

- Anexo III – Requerimento; - [LINK](#)
- Anexo IV - Avaliação Hidrogeológica Preliminar; - [LINK](#)
- Anexo V - Projeto Esquemático de Poço Tubular; - [LINK](#)
- Documento de Posse/Cessão/Arrendamento;
- Mapa de localização do poço no SIGMINE e memorial de cálculo conforme IT-DPO nº 06/11;
- CETESB - Parecer técnico para os casos de solução alternativa;
- CETESB - Código Florestal;
- DNPM - Alvará de Pesquisa ou Portaria de Lavra.

3. OUTORGA DE DIREITO DE USO

3.1. Documentação Comum

- Cópia da ART do responsável técnico que assina o(s) anexo(s), com comprovante de pagamento (Descrição do tipo de Outorga e de uso);
- Cópia do CNPJ / CPF;
- Cópia do Comprovante de endereço do requerente para correspondência;
- Cópia do CPF e RG do responsável legal;
- Pagamento de emolumentos;

3.2. Documentação Específica

- Anexo VI – Requerimento; - [LINK](#)
- Anexo VII - SIDAS (2 vias); - [LINK](#)
- Anexo IX - RAE; - [LINK](#)
- Anexo XVII - Termo de Responsabilidade; [LINK](#)
- Análise da Água (uma via original ou cópia autenticada, e uma cópia simples);
- Documento de Posse/Cessão/Arrendamento;
- Estudos Hidrogeológicos (teste de bombeamento)
- Fluxograma de Uso da Água;
- Cadastro junto à Vigilância Sanitária nos casos de solução alternativa;
- Mapa de localização do poço no SIGMINE e memorial de cálculo conforme IT-DPO nº 06/11;
- Mapa IBGE com indicação do local da obra/uso;
- Fotos das obras/Dispositivos existentes;
- CETESB - Licença de Instalação nos casos de partição de combustível e cemitério

Sistema Atual

CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA

1. DECLARAÇÃO SOBRE VIABILIDADE IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTO – DVI

- Requerimento para obtenção de Declaração sobre Viabilidade de Implantação de Empreendimento (DVI) quanto aos usos e interferências em recursos hídricos; - [LINK](#)
- Comprovante de recolhimento da taxa de análise;

2. LICENÇA DE EXECUÇÃO COM DIREITO DE USO

- Requerimento de Licença de Execução de Poço Tubular e de Direito de Uso para Captação de Água Subterrânea; - [LINK](#)
- Comprovante de recolhimento da taxa de análise;
- Relatório de Caracterização da Captação (ReCap). - [LINK](#)



SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS
DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA
Rua Boa Vista 175 - 1º andar - Tel. 3293-8557 - CEP 01014-001 - São Paulo - SP

Sistema Atual
Portaria 3671



PORTARIA DAEE Nº 3671, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 11, incisos I e XVI do Decreto nº 52.636 de 03/02/71, e à vista do Código de Águas, da Lei nº 6.134 de 02/06/88, do Decreto nº 32.955 de 07/02/91, da Lei nº 7.663 de 30/12/91, do Decreto nº 41.258 de 31/10/96 e da Portaria DAEE nº 1.630 de 30/05/17 e, tendo em vista as declarações e informações constantes do(s) requerimento(s), registrado(s) sob o(s) Protocolo(s) DAEE nº(s) 2437 de 29/06/2017, contido(s) no Processo DAEE nº 9910165.

D E T E R M I N A

ARTIGO 1º - Fica outorgada, em nome do CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO FIRENSE, CNPJ nº 59.981.290/0001-44, à autorização administrativa para uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins de atendimento urbano, no município de Mauá, conforme abaixo identificado:

Uso	Recurso Hídrico	Coordenadas Geográficas		Vazão Máxima Instantânea (m³/h)	Uso Diário Máximo		Prazo (anos)
		Latitude Sul	Longitude Oeste		Volume (m³)	Período (h/d)	
Poço Local 001 DAEE 344-0583	Aqüífero Cristalino	23°40'26,65"	46°27'43,66"	4,00	24,00	06	05

§ 1º - A validade desta Portaria está condicionada à apresentação dos seguintes documentos, a partir da publicação deste Ato, na sede ou escritório técnico de apoio da Diretoria de Bacia onde foi protocolada a solicitação:

I - Requerimento correspondente ao anexo 10-C, da Instrução Técnica DPO n.º 10, de 30/05/2017.

II - Cópia do cadastro do poço no Órgão da Vigilância Sanitária, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.

§ 2º - Em vista da localização de área(s) declarada(s) contaminada(s) em um raio de 500 metros do ponto de perfuração do poço, o outorgado deverá observar o Parecer Técnico da CETESB n.º 16100954/2016.

ARTIGO 2º - A presente outorga poderá ser revogada, ou ter suas condições alteradas, a critério do DAEE, nos casos previstos nos artigos 24, 28 e 30 da Portaria DAEE nº 1.630/17, ou a pedido da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB e do Centro de Vigilância Sanitária - CVS, nos campos de suas atribuições.

ARTIGO 3º - Esta outorga não isenta o usuário do cumprimento das legislações federal, estadual e municipal, afetas à matéria.

ARTIGO 4º - No caso de desistência do(s) uso(s) o usuário fica autorizado a proceder à(s) desativação(ões) nos termos da Portaria DAEE nº 1.630/17, e comunicá-la ao DAEE, atendendo aos procedimentos do item 10. da IT-DPO nº 10.

ARTIGO 5º - O(s) uso(s) objeto(s) desta Portaria será(ão) cadastrado(s) em bancos de dados específico do DAEE.

ARTIGO 6º - O(s) uso(s) constante(s) deste ato está(ão) sujeito(s) à fiscalização deste órgão, segundo a Portaria DAEE nº 01, de 02/01/98 e suas atualizações, ou a que a suceder, conforme preveem a Lei nº 7.663, de 30/12/91, o Decreto Federal nº 24.643, de 10/07/34 - "Código de Águas".

ARTIGO 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.


RICARDO DARUIZ BORSARI
Superintendente

Obrigado!

Ricardo Borsari
Superintendente do DAEE
www.daee.sp.gov.br

